



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(419/PGEN/DF/2017 - 2/PCONTAS/DF/2016)

ASSUNTO: RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE TOMAR REFERENTE AO ANO DE 2016

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Tomar referente ao ano de dois mil e dezasseis, que apresenta os seguintes movimentos:

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL:

Saldo do ano anterior: dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro euros e dezanove cêntimos (2.355.364,19€);

Receita cobrada: vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, centro e trinta e três euros e oitenta e oito cêntimos (21.848.133,88€ €);

Despesa paga: vinte milhões, novecentos e quinze mil, noventa e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos (20.915.092,55€);

Saldo para a Gerência Seguinte: três milhões, duzentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos (3.288.405,52€);

Proveitos e Ganhos: vinte e três milhões, quinhentos e vinte sete mil, duzentos e trinta e três euros e cinquenta e seis cêntimos (23.527.233,56€);

Custos e Perdas: vinte e dois milhões, catorze mil, quinhentos e sessenta e dois euros e setenta e quatro cêntimos (22.014.562,74€);

Resultado Líquido do Exercício: um milhão, quinhentos e doze mil, seiscentos e setenta euros e oitenta e dois cêntimos (1.512.670,82€).

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar os referidos documentos, bem como a proposta de aplicação de resultados formulada no Relatório de Gestão, e submetê-los a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea 1) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor, dois votos contra do Sr. Vereador João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e da Sra. Vereadora Maria Beatriz Schulz Nunes, e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques.

O Sr. Vereador João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e a Sra. Vereadora Maria Beatriz Schulz Nunes apresentaram a seguinte declaração de voto:

“1. Em primeiro lugar chamamos a atenção que nestes documentos existem uma série de considerações, que podem entrar em conflito com as atribuições e competências das juntas de freguesia, nomeadamente na pag. 20, tendo como exemplo os seguintes factos:

- Equipamentos para os espaços verdes;
- As obras nos cemitérios;

Neste caso deveriam ser especificados quais os cemitérios e os espaços verdes que foram requalificados (pelo menos o detalhe deveria ir até ao nível de freguesia).

2. Quando se fala em equilíbrio das contas, aponta-se para uma diminuição do prazo médio de pagamentos. No entanto devia constar no relatório a relação do peso da dívida do ParqT em relação à restante dívida de Curto e Médio prazo.

3. No Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, são enumeradas um conjunto de intervenções que deveriam vir acompanhadas do valor gasto, o que não acontece.

4. Na pag 22, podemos constatar que não existe ainda uma estabilidade no que concerne à execução das previsões de ambos os lados, ou seja, continua a existir uma clara empolgação das previsões, pois neste momento não temos um volume de fundos comunitários que justifique os valores previstos em 2011/2012. Queremos com isto dizer que deveríamos estar com execuções na ordem dos 85%, o que demonstra bem a falta de rigor da atual governação PS/CDU.

5. Perguntamos, quais são as medidas ou qual o plano de aumento das receitas existente? Simplesmente não existem!

6. Continua a diminuição das receitas de capital, ou seja, o investimento que se poderá tornar reprodutivo e rentável não é executado ou deixou de ser uma prioridade.

7. Na Pág 23 verificamos que os impostos em todas as suas vertentes continuam a aumentar. Consideramos que os níveis de execução orçamental começam a entrar num nível de insustentabilidade, por via dos impostos, pois não cremos que os seus níveis de aumento continuem a ser uma constante. Ao invés, as vendas de bens e serviços, continuam em queda acentuada e era aqui que se deveria procurar a receita, de modo a onerar menos as famílias e as empresas do concelho.

8. Os níveis de IMT e de Derrama só servem para afastar em 1.º lugar mais e novas famílias e em 2.º lugar para afastar o investimento produtivo e gerador de emprego.

9. A taxa de aumento do volume de receita de IMI é escandaloso e não poupa nada nem ninguém, o que perfaz que o aumento da taxa deixe de ser um método utilizável, pois apesar do aumento

percentual do imposto, começam a existir indicadores que nos apontam para uma quebra deste imposto, que poderá advir de diversos fatores como a quebra do IMT ou a diminuição da dinâmica do mercado imobiliário.

10. Na pag 25, é de forçar a propaganda na diminuição do IRS, que depois podemos verificar que foi claramente compensada com a subida do IMI, ou seja, retirou-se uma face mais visível e aumentou-se um imposto que pode ser facilmente imputado à Administração Central.

11. Na pag 26 temos presente a questão do IVA, pelo que nos deveria ser apresentado uma conta corrente desse mesmo imposto.

12. Existe mais uma prova do desinvestimento que existe no concelho, com o diferencial de fundos comunitários superior a 900 000€.

13. As receitas de capital estão a sofrer um revés muito assinalável, sendo que é necessário saber o que vai ser feito para estancar esta diminuição. Não sabemos.

14. Continuam os aumentos de receita via impostos diretos e indiretos e uma diminuição da venda de bens e serviços.

15. Os Orçamentos continuam a ser irrealistas, como se pode verificar pela taxa de execução de despesas que está nos 53%.

Na pag 28 é podemos verificar as Fases da Despesa de 2012 a 2016:

Fase da despesa	2016	
Orçamentado	39.403.010,00 €	
Cabimentado	28.047.976,33 €	
Comprometido	24.779.963,84 €	
Faturado	23.091.012,67 €	
Pago de anos anteriores	1.555.361,28 €	
Pago de N	19.359.731,27 €	3.731.281,40 €
Total pago	20.915.092,55 €	- 2.175.920,12 €

Significa que existe um aumento líquido de € 3.731.281,40 € de dívida de C/P, ou seja, a fornecedores em CC. Isto quer dizer que está a ser faturado e não é pago o que irá aumentar claramente o prazo médio de pagamentos. Isto vem demonstrar que não é claramente o ParqT como fator de aumento de prazo médio de pagamentos.

16. Na pag 30, onde consta a execução orçamental, questiona-se o aumento dos juros e outros encargos em mais de € 100.000. Se é referido no documento que nos é apresentado que existe uma clara diminuição da dívida, não entendemos como é que esse argumento pode estar em acordo com um aumento de juros. Se existe um aumento de juros é porque aumentou o serviço da dívida.

17. Verificamos ainda na pág. 31 uma diminuição de € 1.434.000 em aquisições de bens de capital face a 2016. Temos a justificação na Pag 32 onde resulta que tudo isto não é sustentável, pois é

apresentado um saldo de receita corrente superior a € 4.650.000 que depois é “engolido” pela quebra nas receitas de capital que apresentam um saldo negativo superior a € 3.700.000.

18. Não sabemos e mais uma vez questionamos: onde é que estão a ser aplicados os saldos globais dos últimos anos.

19. Pag 34: Questionamos o motivo de terminar o ano com um saldo de fundos disponíveis superior a € 3.000.000€ e se continuar a aumentar o prazo médio de pagamentos e a dívida a fornecedores, aumentando cada vez o prazo médio de pagamentos.

20. Verificamos ainda que passados quase 4 anos a dívida de M/L prazo é equivalente, o que é no mínimo é curioso-

21. Pode a governação PS/CDU. A justificação é dada com a dívida à Parq T. No entanto há que salientar que a dívida à Parq T aumentou tanto porque o PS, enquanto oposição chumbou o PAEL, o que teria permitido uma poupança superior a 2 milhões de euros.

22. Não podemos ainda deixar passar em claro o que vem transcrito na Pag 48, onde verificamos que as transferências para as freguesias não são uniformes, no método, i.e. nem em relação ao n.º de habitantes nem em relação à sua área, sendo que até hoje nunca nos foi dada qualquer explicação da fórmula utilizada

23. Pag 53, continua por justificar o eventual desvio na EB D. Nuno Alvares Pereira, sendo que faltam aqui os apoios do POCH. (contratos de emprego inserção +, formações e outras despesas comparticipadas para o pessoal)

Este é um caminho que não trilhamos.

Quando se acena com o saneamento financeiro e se propala que a dívida do Município de Tomar desceu, convém ter presente e não escamotear que essa diminuição da dívida corresponde praticamente na íntegra à amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, e a renegociação das taxas de juro, que baixaram muito.

Como já se disse, bem mais preocupante é a situação das dívidas a terceiros, de curto prazo, os compromissos por pagar, as despesas com pessoal e com as aquisições de serviços, os avultados encargos que se “chutam” para a frente e com eles se onera e compromete o futuro, como aliás nos habituou os sucessivos Governos Centrais do PS, com as onerosas Parcerias Público Privadas e numa gestão que nos levou a pedir ajuda externa e exigir sacrifícios aos Portugueses.

Estes são apenas alguns aspetos, entre os muitos outros que colocámos durante a discussão, mas bem suficientes para justificar o nosso voto contra.

Este não é seguramente o caminho certo, necessário e que a população do concelho de Tomar merece.

E por tudo isso o voto contra dos vereadores do PSD.”.

O Sr. Pedro Alexandre Ramos Marques apresentou a seguinte declaração de voto:

” A prestação de contas do ano de 2016 é a terceira e última do ciclo de governação da coligação PS/CDU, que se iniciou em Outubro de 2013.

Os INDEPENDENTES por TOMAR constatarem que, apesar de um maior esforço na área social, continua a faltar uma clara, coerente e forte estratégia na habitação social (a primeira aposta no Orçamento para 2015 e para 2016), que deveria ter sido consensualizada, tendo em conta que não se esgota neste mandato, que se deverá prolongar por vários mandatos e cujos resultados só se tomarão eficazes passados mais de uma dezena de anos.

A maioria PS/CDU continua a recorrer a entidades externas para a execução de obras e acções, mesmo da total e exclusiva competência dos Serviços Camarários, em detrimento da administração directa, com consequências negativas no que concerne à necessária valorização dos recursos humanos concelhios.

Este documento da Prestação de Contas do ano de 2016 da coligação PS/CDU pouco difere dos apresentados nos anos anteriores, pelo que, como é óbvio, ainda se mantêm actuais os comentários dos INDEPENDENTES por TOMAR sobre todos os relatórios a partir de 2006, fruto da continuação de alguns dos paradigmas das (erradas) políticas da maioria PSD (associada ao PS, no anterior mandato até aos finais do ano de 2011), pois:

- os níveis de execução da receita e da despesa face aos respectivos orçamentos, pese embora uma melhoria neste último ano, mantêm valores baixos;
- constata-se um empolamento, embora menor que nos mandatos anteriores dos valores orçamentados avultando uma relativamente fraca execução orçamental, cujo grau se situa na ordem dos 53% no lado da despesa e de 61% no lado da receita, por certo devido aos atrasos na implementação do Portugal2020.

Das receitas correntes a maior fatia provém das transferências do OE (FEF, FSM e Participação fixa no IRS), a que se segue a provinda de impostos, taxas, multas e outras penalidades, sendo certo que em ambas se verifica um decréscimo do valor recebido.

No que respeita às receitas de capital, regista-se um baixo grau de execução, com uma taxa de execução muito baixa de 22,52% (25,65% em 2015, 16,27% em 2014, 12,7% em 2013), o que se tem de enfatizar.

No que respeita às despesas de capital, a maioria PS/CDU continua a assumir compromissos num montante muito superior às receitas de capital arrecadadas.

A transformação gradual, ao longo de cada ano, dos compromissos em débitos efectivos aos

Fornecedores gera um inevitável aumento do Passivo Exigível e dificuldades de tesouraria.

As justificações (sobre os desvios entre as receitas arrecadadas e as orçamentadas são muito incipientes e referem-se a uma parte pouco significativa.

Mais uma vez somos levados a afirmar que esta política de planeamento e gestão orçamental tem desacreditado o Município,

Ao nível do passivo foi finalmente encontrada uma forma de pagar a dívida à ParqT, que resultou de uma negociação e investimento “absurdo” da responsabilidade do PSD e que ia continuamente “sangrando” os recursos da autarquia, transformando uma dívida com exigibilidade a curto prazo que gerava um constante sufoco de tesouraria, numa dívida a médio e longo prazo.

Nos “FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO” (pág. 54) volta a ser referido que:

“Não estão reflectidos nas contas da autarquia os efeitos decorrentes da liquidação da empresa Tomar Polis, SA, cuja liquidação se encontra em fase de ultimação. Estima-se que a totalidade dos activos e passivos daquela sociedade se venham a integrar no património municipal, sem prejuízo da imputação ao Estado (detentor de uma participação de 60% da sociedade) da proporção dos prejuízos apurados.

Não nos foi possível apurar os efeitos que tal integração terá nas contas do Município, atendendo a que apenas se encontram apresentadas as contas referentes ao ano de 2009 daquela sociedade.” (sic).

EM CONCLUSÃO:

Constatamos que o ano de 2016 foi um ano de fraco investimento, resultante da falta de iniciativa e da capacidade política que tornasse possível o necessário investimento a que, por certo, acresce os atrasos na implementação do Portugal2020, embora tenha tido alguns reflexos **positivos** na situação financeira do Município.

Os INDEPENDENTES por TOMAR têm tecido fundadas críticas a esta estratégia que condiciona o futuro e, uma vez mais, vêm reiterar pela sua manifesta actualidade o teor de algumas das suas declarações de voto que foram apresentadas ao longo destes últimos anos, destacando os seguintes excertos:

Todos os indicadores de crescimento e de desenvolvimento, que resultam da análise efectuada às Prestação de Contas, revelam uma situação difícil e preocupante em que se encontra o Município, com realce para um dos mais fracos, o investimento da última década (menor investimento por população residente, por área do Município -km2-), que contrasta com os valores mais elevados de despesas correntes (apesar de, como se refere, a gestão ter reduzido as despesas com pessoal, de

dívida e de encargos financeiros por população residente também na última década, com o conseqüente aumento das despesas correntes e a diminuição da capacidade de investimento, que se reduziu a cerca de 20% do orçamentado.

Continua a verificar-se uma certa inactividade aliada a uma relativa incapacidade política, em particular no que concerne ao conseguir para Tomar o tão necessário investimento, que gere e permita o desenvolvimento socioeconómico!

Lamentavelmente Tomar continua a pagar a falta de estratégia, os erros e o esbanjamento de recursos financeiros da gestão PSD durante dezasseis anos, a que não foi estranha a coligação PSD/PS.

O desenvolvimento económico era muito propagandeado - quem não se lembra do célebre e virtual Parque Temático, do mau aproveitamento do programa Polis, do afugentar de potenciais investidores, na incapacidade para acarinhar e apoiar a concretização de propostas de investimento. Palavras e uma gritante propaganda que nunca foi consubstanciada em actos consistentes ou tomadas de decisão estruturantes para o desenvolvimento sustentável de que o nosso Concelho tanto carece.

Dos erros e esbanjamento de recursos financeiros bastará falar no péssimo “investimento” que foi a aquisição do Convento de Santa Iria e do ex-Colégio Feminino (aos privados o que é dos privados!), da parceria público-privada (no pior sentido do termo) que foi o ParqT (que, aliás, devia ter sido objecto de rigorosa e detalhada investigação pelas entidades competentes), dos problemas surgidos com as empreitadas de “Construção do (denominado) Museu da Levada”, da “Requalificação da EB 2º e 3º Ciclos D. Nuno Álvares Pereira” isto, claro, sem esquecer a tão propagandeada revisão do PDM em “curso” há mais de quinze anos, com um custo que ultrapassa o meio milhão de euros.

Se na última década a incapacidade de gestão e política do PSD, independentemente dos seus protagonistas foi desastrosa para Tomar, para as famílias e para as empresas, o certo é que, com a actual gestão e esta política da coligação PS/CDU – apesar da muita e nalguns casos necessária regulamentação gerada e de algumas legítimas expectativas criadas na área social – ainda não se vislumbram os resultados concretos de mudança, nem uma clara linha de rumo estratégica que resolva os problemas de Tomar e das suas gentes e, dessa forma, relance a esperança indispensável e a confiança absolutamente necessária ao desenvolvimento socioeconómico, cultural e turístico do nosso Concelho.

Se é verdade que a realidade encontrada pela coligação PS/CDU (apesar de, na sua generalidade, antecipadamente conhecida) estava, de certo modo, condicionada pela política desastrosa

protagonizada pelos gestores do PSD (em coligação espúria e conjuntural com o Partido Socialista nos dois primeiros anos do mandato anterior), também é notória alguma incapacidade para inverter a situação, de forma a potenciar os valores humanos, sociais, culturais, ambientais e económicos, a incentivar o empreendedorismo e a iniciativa privada, em suma, a afirmar Tomar!

Tomar tem sido um concelho adiado, uma sombra de si mesmo e longe, muito longe, dos anos em que era uma referência de desenvolvimento e qualidade de vida na região Centro do nosso país.

Aguarda-se que a actual maioria PS/CDU, neste fim de mandato, envolvendo Tomar e os Tomarenses, tome as decisões estratégicas conducentes a um efectivo desenvolvimento do Concelho (sem investimento e real desenvolvimento económico, não haverá sustentabilidade para o social e melhoria da qualidade de vida das famílias e conseqüentemente não haverá um futuro condigno e promissor para os tomarenses e em particular para os nossos jovens), proporcionando às famílias e às empresas os meios para ultrapassar as crescentes dificuldades que atravessam.

Pelas razões expostas e apesar de algumas opções políticas e a linha de rumo estratégica da coligação PS/CDU serem merecedoras da nossa censura (sendo certo que a elaboração técnica do Documento fica salvaguardada, pois se encontra em conformidade formal do com o POCAL), os INDEPENDENTES por TOMAR, ainda e uma vez mais, exigindo que haja vontade, capacidade política e uma prática de gestão, que afirme e potencie os valores atrás expressos, decidem **ABSTER-SE** na apreciação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano Financeiro de 2016 do Município.”.

Tomar, 18 de abril de 2017

Seguimento:

- À DF p/ os devidos efeitos

A Presidente da Câmara



Anabela Freitas

A Coordenadora Técnica



Avelina Leal